

HELIUS CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

HELIUS CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Helius Capital Gestão de Recursos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Helius Capital Gestão de Recursos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Helius Capital Gestão de Recursos S.A., em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita e contas a receber de taxa de gestão e performance

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 4 e 19, a receita de prestação de serviços da Companhia refere-se a gestão de carteiras de fundo de investimento, que totalizou o montante de R\$ 7.287 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e possui contas a receber no montante de R\$ 484 mil. Consideramos o reconhecimento da receita como significativo para as demonstrações contábeis da Companhia, tendo em vista a relevância dos montantes envolvidos bem como a especificidade de cada contrato com os fundos, onde os valores são apurados, tomando-se como base os sistemas de controle e apuração do patrimônio líquido dos fundos. Adicionalmente, o reconhecimento da receita é realizado independentemente do prazo de recebimento, de acordo com o regime de competência.

Títulos de dívida - Debêntures

A Companhia efetuou a emissão de títulos de dívida (debêntures) conforme mencionado na nota explicativa as demonstrações contábeis nº 15. As debêntures possuem cláusulas de vencimento antecipado automático caso a Companhia não cumpra com alguma das condições previstas no instrumento de emissão, dentre os quais destacamos o não pagamento das obrigações assumidas desse instrumento de emissão, extinção e encerramento das atividades, alteração do objeto social da Companhia, entre outras. Adicionalmente a forma que a precificação e capacidade de liquidação desses títulos como requerem o cumprimento de certas obrigações que incluem a necessidade de que a Companhia exerça julgamentos e estimativas significativas. O monitoramento desses assuntos foram considerados significativos para a nossa auditoria devido a relevância dos valores registrados pela Companhia, a mensuração dos instrumentos financeiros em suas demonstrações contábeis e a avaliação do cumprimento das cláusulas restritivas.

Outros assuntos

Auditoria correspondente ao período anterior

As demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outros auditores independentes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram o entendimento dos controles internos existentes voltados para o controle, apuração e registro da receita; confronto dos valores reconhecidos nos fundos com taxa de gestão e performance com os registrados pela Companhia e o previsto no regulamento dos fundos e contratos firmados com o administrador; recálculo e recebimento dos valores e análise de realização do contas a receber.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as evidências de auditoria obtidas são apropriadas para determinação e reconhecimento das receitas e contas a receber registrados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações em notas explicativas incluídas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a confirmação dos saldos em aberto com o agente fiduciário em 31 de dezembro de 2021; (ii) o recálculo dos juros remuneratórios; (iii) o confronto dos valores registrados com a escritura pública de emissão das debêntures e (iv) verificação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a emissão dessas debêntures e sua classificação entre circulante e não circulante.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as evidências de auditoria obtidas são apropriadas para determinação e reconhecimento dos montantes das obrigações reconhecidas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, individuais ou consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que a lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de abril de 2022.

HELIUS CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS S.A

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Notas Explicativas	31/12/2021	31/12/2020 (Não Auditado)		Notas Explicativas	31/12/2021	31/12/2020 (Não Auditado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.397	91	Fornecedores	11	24	15
Contas a receber	5	484	1.189	Obrigações sociais e trabalhistas	12	98	16
Adiantamentos	6	7	-	Obrigações tributárias	13	194	195
Outros créditos	7	6	3	Outras obrigações	14	13	12
Despesas Antecipadas	8	181	-	Debentures	15	80	-
Total do circulante		3.074	1.283			408	238
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Debentures	15	1.520	-
Despesas Antecipadas	8	905	-	AFAC	16	-	250
Imobilizado	9	433	524			1.520	250
Intangível	10	7	14				
		1.345	538	Patrimônio líquido			
				Capital social	17	1.000	1.000
				Reserva Legal	18	91	16
				Resultados acumulados	18	1.400	317
						2.491	1.333
Total do ativo		4.419	1.821	Total do passivo e patrimônio líquido		4.419	1.821

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HELIUS CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS S.A

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e período 04 de março a 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	Notas Explicativas	2021	04/03 a 31/12/2020 (Não Auditado)
Receita operacional líquida		7.287	1.154
Receita Bruta	19	7.723	1.223
(-) Deduções da receita bruta	19	(436)	(69)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		7.287	1.154
Despesas operacionais		(1.749)	(694)
Despesas gerais e administrativas	20	(1.569)	(624)
Depreciação e amortização	20	(180)	(70)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		5.538	460
Receitas financeiras	21	80	-
Despesas financeiras	21	(4)	(2)
Resultado financeiro		76	(2)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição soc		5.614	458
Imposto de renda e contribuição social	22	(851)	(125)
Lucro líquido do exercício/período		4.763	333

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HELIUS CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS S.A

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e período de 04 março a 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	04/03 a 31/12/2020 (Não Auditado)
Lucro líquido do exercício/período	4.763	333
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício /período	4.763	333

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HELIUS CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social Integralizado	Reserva de lucros		Resultados acumulados	Total Patrimônio Líquido
			Reserva Legal	Reservas de lucros a distribuir		
Saldos em 04 de março de 2020		-	-	-	-	-
Aporte de capital	17	1.000	-	-	-	1.000
Lucro líquido do período	19	-	-	-	333	333
Constituição da reserva legal	18	-	16	-	(16)	-
Transferência para reservas de lucros	18	-	-	317	(317)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)		1.000	16	317	-	1.333
Lucro líquido do exercício	17	-	-	-	4.763	4.763
Distribuição de dividendos	19	-	-	-	(3.605)	(3.605)
Constituição da reserva legal	18	-	75	-	(75)	-
Transferência para reservas de lucros	18	-	-	1.083	(1.083)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.000	91	1.400	-	2.491

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HELIUS CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e período de 04 março a 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	04/03 a 31/12/2020 (Não Auditado)
Lucro líquido do exercício/período antes do imposto de renda e contribuição social	5.614	458
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	180	70
Despesas de imposto de renda e contribuição social	(851)	(125)
Lucro líquido do exercício/período ajustado	4.943	403
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução das contas de ativo		
Contas a receber	705	(1.189)
Adiantamentos	(7)	-
Outros créditos	(3)	(3)
	695	(1.192)
Aumento (redução) das contas do passivo		
Fornecedores	9	15
Obrigações sociais e trabalhistas	82	16
Obrigações tributárias	(1)	195
Outras obrigações	(1.085)	12
	(995)	238
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades operacionais	4.643	(551)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições do imobilizado e intangível	(82)	(608)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(82)	(608)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
AFAC	(250)	250
Integralização de capital	-	1.000
Pagamento de dividendos	(3.605)	-
Debentures	1.600	-
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) das atividades de financiamentos	(2.255)	1.250
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.306	91
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/período	91	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício/período	2.397	91
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.306	91

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Helius Capital Gestão de Recursos S.A. (“Companhia” ou Helius Capital”) foi constituída em 04 de março de 2020, com Sede na Rua Iaia, nº 77, Complemento CJ 91 - Itaim Bibi, São Paulo/SP, tendo por objeto social atuar como administradora de carteiras de títulos e valores mobiliários e gestora de recursos de terceiros, por meio de fundos por contrato ou comissão, nos termos da Instrução nº 558, expedida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Impactos COVID-19

A Administração da Helius Capital está constantemente acompanhando a evolução e os potenciais impactos da pandemia causada pelo COVID-19 nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia.

Com o agravamento do surto, a primeira preocupação e práticas adotadas foram no sentido de assegurar a saúde de todos os colaboradores. Para tanto, foram suspensas todas as atividades presenciais nos escritórios da Companhia. Os colaboradores foram migrados para regime de teletrabalho, com apoio e adoção de diversas ferramentas de comunicação online para suportar o dia a dia das operações. A Administração tomou todas as providências necessárias para garantir a disponibilidade de recursos, hardwares e softwares aos funcionários e na condução de suas atividades à distância.

Até o momento da publicação deste relatório, a Administração considera não ter havido impactos materiais ou alterações significativas no negócio, decorrentes do cenário de pandemia, que possam afetar negativamente a saúde financeira e patrimonial da Companhia. De qualquer forma, a magnitude total dos impactos futuros da pandemia ainda são incertos e a Administração continuará monitorando de perto e tomando todas as ações necessárias para garantir a sustentabilidade dos negócios a longo prazo.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

Este é o primeiro conjunto de demonstrações contábeis anuais da Companhia, sendo elas, elaboradas de acordo com a NBC TG 1000, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através das Resoluções nºs 1.255/09, 1.285/10 e 1.319/10. Estes pronunciamentos foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) através do CPC PME - Contabilidade para pequenas e médias empresas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 14 de abril de 2022.

b. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas consistentemente para a Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

a. Julgamentos

A Administração da Companhia avaliou e concluiu que não existem informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração entende que não há incertezas que comprometam a continuidade das operações e dos negócios da Companhia.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, banco conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na quitação das obrigações de curto prazo.

d. Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, que se referem aos saldos junto as Instituições Financeiras (Nota Explicativa nº 4) e (ii) mensurados ao custo amortizado que compreendem as “contas a receber” de clientes. A classificação está alinhada ao modelo de negócios da entidade para a gestão de ativos financeiros e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

A Companhia não possui instrumentos derivativos e não adota contabilização de hedge.

Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado são destinados à negociação e são representados substancialmente por aplicações da Companhia em Certificado de Depósito Bancário (“CDB”), com liquidez imediata. Os juros, ganhos e as perdas decorrentes do ajuste a valor justo foram reconhecidos na demonstração de resultado na Rubrica “Resultado financeiro”.

Mensuração do valor justo

Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo e nas divulgações correspondentes, a Companhia classifica em três níveis as informações (inputs) aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo. A hierarquia de valor justo dá a mais alta prioridade a preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos e a mais baixa prioridade a dados não observáveis, como apresentado a seguir:

- Informações de Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Informações de Nível 2: são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1;
- Informações (inputs) de Nível 3: são dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Os ativos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão classificados no Nível 2.

e. Contas a receber

O saldo de contas a receber é demonstrado pelos valores históricos e não foram ajustados a valor presente, em virtude de serem constituídos de créditos de curto prazo, sem juros embutidos. Atualmente a gestão da Companhia entende que não seja necessária a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois não existem títulos em atraso e não há histórico de atraso desses recebíveis dos controladores da Companhia.

f. Despesas antecipadas

Saldo refere-se a gastos antecipados na preparação e emissão de debêntures e estão registrados conforme seus documentos fiscais e legais, as apropriações serão amparadas por seus respectivos contratos e laudos técnicos que denotam a vigência de cada despesa.

g. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i. Redução ao valor recuperável (impairment)

Os valores contábeis dos ativos da Companhia são revisados a cada data de balanço para determinar se há sinal de perda em relação ao valor de recuperação (impairment). Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo. Reconhece-se a perda no valor de recuperação (impairment), caso o valor contábil do ativo seja superior ao seu valor recuperável.

No exercício e períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve necessidade para reconhecimento de perda pelo valor recuperável nas demonstrações contábeis da Companhia.

j. Benefícios a funcionários

Os empregados e administradores fazem jus a remuneração fixa, variável e participação no plano de participação nos lucros e resultados da Companhia, conforme aplicável. Reconhece-se a provisão do valor estimado a pagar a título de participação nos lucros ou remuneração variável quando a Companhia atender as condições de obrigação legal (condições estabelecidas no plano) ou constituída, conforme aplicável, de pagar o referido valor e quando houver a possibilidade de estimativa confiável da obrigação.

k. Passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Provisões para riscos - são avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas.

Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados e divulgados se classificados como perda provável, não provisionados e divulgados se classificados como perda possível, não divulgados e não provisionados se classificados como remoto.

l. Imposto de Renda e Contribuição Social e outros impostos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia utilizou como regime tributário o Lucro Presumido. Dessa forma, a provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 60 trimestral para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

As alíquotas de PIS e COFINS, estão sob regime não cumulativo de apuração. As alíquotas utilizadas são de 0,65% e 3%.

A alíquota de ISS incidente sobre as receitas de gestão de carteira, incluindo a gestão de fundos nacionais, é de 2%. Os valores devidos a título de PIS, COFINS e ISS são contabilizados como despesas de impostos sobre faturamento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

m. Receita operacional

As receitas são compostas de remuneração pelos serviços de gestão de carteira dos Fundos Heliuss, referentes a taxas de gestão e taxas de performance. As taxas de gestão são apuradas com base em percentual sobre o valor do patrimônio líquido dos fundos e reconhecidas conforme a prestação dos respectivos serviços. As taxas de performance são geradas quando o desempenho dos fundos supera determinado parâmetro ou taxa mínima de rentabilidade, baseado nos respectivos regulamentos e são reconhecidas por sua competência.

n. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência.

o. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras. Já as despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras, além dos juros passivos incorridos sobre contratos comerciais e impostos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020 (Não auditado)
Bancos	24	-
Aplicação financeira	-	91
Aplicação financeira - CDB	2.373	-
Total	<u>2.397</u>	<u>91</u>

(*) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras referem-se a títulos em renda fixa representados por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs ou fundos de investimento em renda fixa de alta liquidez, remuneradas a taxas que variam entre 5,5% e 5,7% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Estes instrumentos financeiros estão classificados como ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

5. Contas a receber

O saldo de recebíveis em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão relacionadas as taxas de gestão e performance devidas pelos Fundos, são calculadas mensalmente a taxa de gestão e semestralmente a taxa de performance e pagas no início do período subsequente, conforme o respectivo regulamento.

	2021	2020 (Não auditado)
Contas a receber	484	46
Total	<u>484</u>	<u>46</u>

O saldo total de contas a receber foi liquidado até o dia 07 de janeiro de 2022.

6. Outros créditos

O saldo de outros créditos em 31 de dezembro de 2021, está relacionado ao pagamento de prestação de ser serviço da M3 CORP Soluções, serviço de licença de software durante 12 meses, e está sendo amortizado mensalmente e finaliza em junho de 2022.

	2021	2020 (Não auditado)
Adiantamentos (M3Corp)	6	-
Total	<u>6</u>	<u>-</u>

7. Adiantamento de fornecedores

O saldo de adiantamento de fornecedores em 31 de dezembro de 2021, refere-se a adiantamento ao fornecedor Ingram, foram recebidos os serviços em janeiro de 2022.

	2021	2020 (Não auditado)
Adiantamentos a fornecedores	7	3
Total	<u>6</u>	<u>3</u>

8. Despesas antecipadas

Os valores que compõe despesas antecipadas trata-se de pagamentos de custos na emissão de debentures e comissões.

	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Gastos na emissão de debentures (*)	181	905	1086	-	-	-

(*) Os gastos na emissão com debêntures são referentes a 800 mil de comissão, e o restante são despesas de advogados e taxas. As despesas de advogados estão sendo apropriadas em 72 meses conforme laudos.

HELIUS CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS S.A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

9. Imobilizado

9.1. Composição do imobilizado

	Custo	31/12/2021		31/12/2020
		Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Computadores e Periféricos	207	(65)	142	153
Móveis e utensílios	87	(28)	59	76
Máquinas e equipamentos de escritório	20	(3)	17	19
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	285	(133)	152	209
Equipamentos de Comunicação	6	(1)	5	3
Instalações	69	(11)	58	64
Total	674	(241)	433	524

9.2. Movimentação do imobilizado

	Taxa de Depreciação (%)	31/12/2020	Adições	Depreciação	31/12/2021
		Computadores e Periféricos	20	153	32
Móveis e utensílios	20	76	-	(17)	59
Máquinas e equipamentos de escritório	10	19	-	(2)	17
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros (*)	43,33	209	51	(108)	152
Equipamentos de Comunicação	20	3	2	(1)	4
Instalações	10	64	-	(7)	57
Total		524	83	(176)	433

(*) As referidas amortizações foram feitas obedecendo-se ao prazo de vigência estipulado do contrato de aluguel (CST nº 210/73).

10. Intangível

10.1. Composição do intangível

	Custo	31/12/2021		31/12/2020
		Amortização Acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Software	17	(10)	7	14
Total	17	(10)	7	14

10.2. Movimentação do intangível

	Taxa de Amortização (%)	31/12/2020	Adições	Depreciação	31/12/2021
		Software	33,33	14	-
Total		14	-	(7)	7

11. Fornecedores

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2021 e 2020, referem-se a prestadores de serviços de informática e a compra de computadores, a serem pagos a curto prazo.

	2021	2020 (Não auditado)
	Fornecedores	25
Total	25	15

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

12. Obrigações sociais e trabalhistas

O saldo de obrigações sociais e trabalhistas em 31 de dezembro de 2021 e 2020, referem-se a proventos e tributos liquidados no mês subsequente, além das provisões trabalhistas.

	2021	2020 (Não auditado)
Salários e Ordenados a pagar	14	4
Pró-labore a pagar	33	7
INSS a Recolher	21	4
FGTS a Recolher	2	-
IRRF sobre folha a recolher	12	-
Provisões Trabalhista	16	1
Total	98	16

13. Obrigações tributárias

O saldo de obrigações tributárias em 31 de dezembro de 2021 e 2020, referem-se a tributos próprios e de terceiros a pagar.

	2021	2020 (Não auditado)
Retidos na Fonte	4	4
IRPJ e CSLL	162	124
PIS e COFINS	18	43
ISS	10	24
Total	194	195

14. Outras obrigações

O saldo de outras obrigações em dezembro de 2021 e 2020, referem-se ao aluguel liquidado no mês subsequente.

	2021	2020 (Não auditado)
Aluguéis a Pagar	13	12
Total	13	12

15. Debentures

Em 12 de julho de 2021, foram emitidas 1.600 debêntures, sendo 800 debêntures da primeira série e 800 debêntures da segunda série, são simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da emissora o valor unitário das debêntures é de R\$ 1, e não será atualizada monetariamente, o plano de distribuição de das debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no contrato de distribuição.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

De acordo com a Clausula 4.5 do contrato de Debêntures ressalvada a hipótese de vencimento antecipado, de resgate antecipado parcial facultativo, as Debêntures terão prazo de 7.365 dias a contar da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 02 de setembro de 2041, data em que a emissora deverá amortizar a integralidade do valor nominal unitário

De acordo com a Clausula 4.11 do contrato de Debêntures a emissora deverá realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures da primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, caso ocorra, a qualquer tempo a partir da Data de emissão, um evento de liquidez, nas quantidades indicadas, desde que aprovado em sede de assembleia geral de debenturistas.

Cada Debênture da primeira série e Debênture da segunda Série dará ao seu titular o direito ao recebimento, anualmente de uma parcela do lucro, auferido pela emissora, calculada ou por participação nos lucros ou remuneração.

Data de pagamento da participação nos lucros das Debêntures da Primeira e Segunda Série (*).

Base para apuração da participação nos Lucros		Data de pagamento da participação nos lucros
Início	Fim	
01 de julho de 2021	30 de junho de 2022	31 de agosto de 2022
01 de julho de 2022	31 de dezembro de 2022	31 de maio de 2023
01 de janeiro de 2023	31 de dezembro de 2023	31 de maio de 2024
01 de janeiro de 2024	31 de dezembro de 2024	31 de maio de 2025
01 de janeiro de 2025	31 de dezembro de 2025	31 de maio de 2026
01 de janeiro de 2026	31 de dezembro de 2026	31 de maio de 2027
01 de janeiro de 2027	31 de dezembro de 2027	31 de maio de 2028
01 de janeiro de 2028	31 de dezembro de 2028	31 de maio de 2029
01 de janeiro de 2029	31 de dezembro de 2029	31 de maio de 2030
01 de janeiro de 2030	31 de dezembro de 2030	31 de maio de 2031
01 de janeiro de 2031	31 de dezembro de 2031	31 de maio de 2032
01 de janeiro de 2032	31 de dezembro de 2032	31 de maio de 2033
01 de janeiro de 2033	31 de dezembro de 2033	31 de maio de 2034
01 de janeiro de 2034	31 de dezembro de 2034	31 de maio de 2035
01 de janeiro de 2035	31 de dezembro de 2035	31 de maio de 2036
01 de janeiro de 2036	31 de dezembro de 2036	31 de maio de 2037
01 de janeiro de 2037	31 de dezembro de 2037	31 de maio de 2038
01 de janeiro de 2038	31 de dezembro de 2038	31 de maio de 2039
01 de janeiro de 2039	31 de dezembro de 2039	31 de maio de 2040
01 de janeiro de 2040	31 de dezembro de 2040	31 de maio de 2041
01 de janeiro de 2041	31 de dezembro de 2041	31 de agosto de 2041

HELIUS CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS S.A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

	31/12/2021		Total
	Circulante	Não Circulante	
1ª Série	40	760	800
2ª Série	40	760	800
Total	80	1.520	1.600

(*) Não houve remuneração no primeiro ano das Debentures, pois a Helius tem waiver de R\$ 10.000 no primeiro semestre de emissão (pagando o percentual das debentures excedente a esse valor) , a partir do primeiro semestre de 2022 o pagamento será do percentual das debentures normalmente.

16. AFAC

O saldo do AFAC encontra-se assim composto em 31 de dezembro de 2021:

	2021	2020 (Não auditado)
AFAC (*)	-	250
Total	-	250

(*) O saldo de AFAC de 2020, foi devolvido ao acionista William Leite, em julho de 2021, por conta do valor transferido à Helius Capital não ter sido integralizado totalmente na alteração contratual.

17. Patrimônio Líquido

Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 1.000, totalmente subscrito e integralizado, e estavam assim distribuídas entre os sócios:

Sócio	Participação (%)	Quotas
Bernardo Tarquinio Duque Ferri	7	70.000
Eduardo Sampaio Rebouças	10	100.000
Jorge Getulio Veiga Neto	5	50.000
William Pinto Pereira Leite	57,75	577.500
Bruno José Belfiore Stuani	10	100.000
João Julio Almeida Matos Murca Pereira	5	50.000
Kaique de Sousa Vasconcellos	5	50.000
João Vitor Paes Giesta	0,25	2.500
Total	100	1.000.000

Em 19 de agosto de 2021, a companhia passou a ser S.A e suas ações foram redistribuídas das seguintes maneiras:

Sócio	Participação (%)	Quotas
HC Partners	99,95	999.500
William Pinto Pereira Leite	0,05	500
Total	100	1.000.000

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

18. Reserva de lucro

Do lucro líquido obtido pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi de R\$ 4.763 (R\$ 333 no período de 04 de março a 31 de dezembro 2020).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia distribuiu dividendos no montante de R\$ 3.605, constitui a reserva legal no montante de R\$ 75 e ficou com saldo de retenção de lucros no montante de R\$ 1.400.

Distribuição do resultado

Do lucro líquido obtido pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 4.763 (R\$ 333 no período de 04 de março a 31 de dezembro de 2020), foi destinado para distribuição de dividendos o valor de R\$ 3.605 (R\$ 0 no período de 04 de março a 31 de dezembro de 2020).

19. Receita de prestação de serviços

A receita bruta da Companhia refere-se a serviços de gestão e performance de fundos de investimentos. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o montante reconhecido como receita da Companhia estava assim composto:

	2021	04/03 a 31/12/2020 (Não auditado)
Taxa de Gestão	2.324	79
Taxa de Performance	5.399	1.144
Total receita bruta	<u>7.723</u>	<u>1.223</u>
(-) ISS	(154)	(24)
(-) COFINS	(232)	(37)
(-) PIS	(50)	(8)
Total impostos sobre faturamento	<u>(436)</u>	<u>(69)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>7.287</u></u>	<u><u>1.154</u></u>

HELIUS CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS S.A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

20. Despesas gerais e administrativas

	2021	04/03 a 31/12/2020 (Não auditado)
Salários e ordenados	500	60
Serviços recebidos - PJ	263	236
Outras despesas gerais e administrativas	540	172
Locação	235	131
Impostos e taxas	31	25
Depreciações	180	70
Total	1.749	694

21. Resultado financeiro

	2021	04/03 a 31/12/2020 (Não auditado)
Receitas financeiras		
Receita com aplicações financeiras	80	-
Total	80	-
Despesas financeiras		
Despesas financeiras	4	(2)
Total	(4)	(2)
Resultado financeiro	76	(2)

22. Imposto de Renda e Contribuição Social

	2021	04/03/ a 31/12/2020 (Não auditado)
Receitas		
Receita Operacional	7.723	1.223
Receita Financeira	80	-
Base para o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social (Presunção de 32% da receita operacional mais receita financeira)	2.551	391
Imposto de Renda (15%)	383	59
Adicional de Imposto de Renda (10%)	233	17
Despesa com Imposto de Renda	616	76
Contribuição Social (9%)	230	35
Despesa com Contribuição Social	230	35
Ajustes Lucro Presumido	5	14
Imposto de Renda e Contribuição Social	851	125

23. Contingências

Atualmente, a Companhia não tem conhecimento de ser parte em ações judiciais, tributárias, trabalhistas e outros processos administrativos, portanto, não constituiu provisão para perdas prováveis estimadas e nem divulgou perdas possíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e período de 30 de março a 31 de dezembro de 2020.

24. Instrumentos financeiros derivativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e período de março de 2020 a 31 de dezembro de 2020, a Companhia não operou com derivativos.

25. Partes relacionadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e período de 04 março a 31 de dezembro de 2020, a Companhia não realizou transações com partes relacionadas.

26. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. Não houve qualquer evento subsequente que requeresse ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis, além daqueles já incluídos nestas demonstrações contábeis.

William Pinto Pereira Leite
Diretor/Presidente - CPF: 328.883.568-13

Fabio Comitre
Contador - CRC 1SP308888/O-1